



Superior Tribunal de Justiça

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2017

ELEIÇÃO DE UM JUIZ PARA A VAGA DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos do dia dez de maio do ano de dois mil e dezessete, na sala de sessões plenárias do Superior Tribunal de Justiça, reuniram-se os Ministros Laurita Vaz, Presidente, Felix Fischer, Francisco Falcão, Nancy Andrighi, João Otávio de Noronha, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge Mussi, Og Fernandes, Luis Felipe Salomão, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Sebastião Reis Júnior, Marco Aurélio Buzzi, Marco Aurélio Bellizze, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Moura Ribeiro, Regina Helena Costa, Rogerio Schietti, Nefi Cordeiro, Gurgel de Faria, Reynaldo Soares da Fonseca, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Antonio Saldanha Palheiro e Joel Ilan Paciornick. Ausente, justificadamente, o Ministro Villas Bôas Cueva. Aberta a sessão destinada à escolha de magistrado para a vaga do Conselho Nacional do Ministério Público, a Ministra Presidente esclareceu que os currículos de todos os candidatos foram publicados no portal do STJ e colocados integralmente à disposição do Colegiado para análise. Prosseguiu dizendo que, conforme decisão plenária realizada em 26/4/2017, o Colegiado decidiu abrir um prazo de 5 dias para que os candidatos se manifestassem acerca do disposto no inciso II do art. 5º da Resolução n. 7 de 2005 do Senado Federal, bem como que foi baixada pela Presidência uma portaria instituindo comissão temporária composta pelos Ministros Felix Fischer, Nancy Andrighi e Humberto Martins para análise prévia da lista de candidatos à vaga. Em cumprimento ao Regimento Interno (art. 27), a Ministra Presidente transformou a sessão em conselho. Retomados os trabalhos, ausente ocasionalmente o Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, a Presidente registrou que o candidato Sérgio Ricardo de Souza, do Espírito Santo, desistiu de sua candidatura à vaga do CNMP. Foram designados como escrutinadores os Ministros Francisco Falcão, João Otávio de Noronha e Maria Thereza de Assis Moura. Foram distribuídas as cédulas e, após recolhidas em urna própria, foram computados 31 votos válidos, distribuídos da seguinte forma: Luciano Nunes Maia Freire, 18 votos; Fernando Moreira Gonçalves,

5 votos; Marcus Alan de Melo Gomes, 4 votos; Mauro Ferrandin, 2 votos; Augusto Martinez Perez, 1 voto; e Silvio César Arouck Gemaque, 1 voto. Alcançada a maioria absoluta dos votos pelo Juiz Luciano Nunes Maia Freire, seu nome foi indicado, por meio de ofício, ao Senado Federal e ao Conselho Nacional do Ministério Público. Em seguida, passou-se à análise do anteprojeto de lei que dispõe sobre a organização da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. Entretanto, antes de o Ministro João Otávio de Noronha, relator do processo, colocar o assunto em discussão, a Ministra Nancy Andrichi informou que não havia recebido o material nem tinha conhecimento de que o assunto seria tratado na sessão. O Ministro João Otávio de Noronha propôs, então, que o assunto fosse discutido na próxima quarta-feira. A Ministra Laurita marcou, dessa forma, sessão plenária para o próximo dia 17 de maio, às 18h30, destinada a analisar parte do anteprojeto de lei que dispõe sobre a organização da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. Encerrou-se a sessão às dezenove horas e vinte minutos.

Ministra Laurita Vaz
Presidente

Sulamita Avelino Cardoso Marques
Secretária da sessão